

FOUCAULT, LINGUAGEM E DISCURSO
FOUCAULT, LANGUAGE AND DISCOURSE

Marcelo S. Norberto¹

Resumo: O artigo examina a reflexão foucaultiana sobre a linguagem, mais especificamente sobre o discurso, tomando como eixo central a obra *A ordem do discurso* (1970), articulando com outros textos de Michel Foucault. Partindo da dificuldade de sistematização conceitual presente na filosofia de Foucault, o texto tenta mostrar como o discurso não é nem uma expressão subjetiva, nem uma estrutura puramente linguística, mas, antes, um acontecimento. A partir do deslocamento operado por Foucault de uma busca pelo sentido e de uma primazia subjetiva para uma investigação das relações que atravessam a linguagem, o artigo tenta apontar para o discurso como uma experiência performática, tomado por uma emergência e produtor de um impacto na cultura. Nesse cenário, o discurso se apresenta, fora do campo comunicativo, como aquilo pelo qual e pelo que se luta, sendo atravessado por procedimentos de exclusão. Tendo como plano de fundo o projeto foucaultiano para a filosofia de uma ontologia do presente, o texto reflete sobre a vontade de verdade, que caracteriza o discurso contemporâneo, e, a partir desse traço distintivo, busca mostrar a relevância de pensar o discurso e a linguagem em nosso tempo.

Palavras-chaves: Foucault, linguagem, discurso, contemporaneidade, exclusão, batalha.

Abstract: The article examines Foucault's reflection on language, more specifically on discourse, taking as its central axis *The Order of Discourse* (1970) and articulating it with other texts by Michel Foucault. Starting from the difficulty of conceptual systematization present in Foucault's philosophy, the text seeks to show how discourse is neither a subjective expression nor a purely linguistic structure, but rather an event. From the displacement carried out by Foucault – away from a search for meaning and from subjective primacy, toward an

¹ CCEC/PUC-Rio e CORPO FREUDIANO/Rio de Janeiro. <https://orcid.org/0000-0001-9138-8538> E-mail: msnorberto@gmail.com.

investigation of the relations that traverse language – the article aims to highlight discourse as a performative experience, marked emergence and productive of cultural impact. In this context, discourse appears, beyond the communicative sphere, as that through which and for which struggles are waged, being traversed by procedures of exclusion. Against the backdrop of Foucault’s broader project for a philosophy as an ontology of the present, the text reflects on the “will of truth”, which characterizes contemporary discourse, and, drawing on this distinctive feature, seeks to show the relevance of thinking discourse and language in our own time.

Keywords: Foucault, language, discourse, contemporaneity, exclusion, struggle.

Um pensamento que não ambiciona ser sistemático, um aparato teórico que se impõe uma modulação oriunda do próprio objeto de estudo, uma produção de conceitos que encontra validade unicamente sobre o trabalho que a teceu, tudo isso torna árdua a tarefa de descrição do modelo filosófico em atuação. Foucault, ele mesmo, recorre a designações quase que poéticas para formular sua atuação teórica em meio aos seus objetos de estudo: “são gestos feitos em público” – Foucault, 2010, 295), no sentido de que funcionam “com experiência para aquele que escreve e para aquele que o lê, bem mais do que como a constatação de uma verdade histórica – Foucault, 2010, 293), ou ainda “um trabalho muito limitado. Muito esquematicamente, é o seguinte: tentar encontrar na história da ciência, dos conhecimentos e do saber humano alguma coisa que seria como o seu inconsciente” (Foucault, 2011a, 172). Uma aparente inadequação conceitual quando tomada a partir de um padrão acadêmico contemporâneo.

Contudo, talvez possamos oferecer três posturas que, quando articuladas, ofereçam minimamente uma estrutura teórica que nos permita seguir e acompanhar as hipóteses lançadas por Foucault, mais especificamente, sobre a linguagem ou, mais modestamente, sobre o discurso em sua dimensão atuante. O primeiro ponto seria o do rigor: há uma densidade de pesquisa e uma clareza nos pontos estudados que contrabalançam com essa suposta poética metafórica. Sobre esse rigor, o exemplo mais apropriado talvez seja o encontrado nas páginas de *As palavras e as coisas* (Foucault, 2002). O segundo elemento é o caráter disruptivo,

provocativo em linguagem direta, que possibilita uma outra perspectiva àquela já estabelecida. Trata-se de procurar oferecer deslocamentos ao estabelecido, onde, por exemplo, pode-se estabelecer uma busca por um suposto “inconsciente do saber”, onde antes parecia haver apenas racionalidades iluminadas. Por fim, ainda que à título introdutório, um terceiro traço se faz presente na busca por um diagnóstico, no esforço especulativo no sentido de explicitar os mecanismos de atuação de um determinado tema a partir de um recorte histórico.

A partir dessa compreensão de um trabalho *ex-cêntrico*, é possível recorrer ao texto da aula inaugural de Michel Foucault no Collège de France, em 1970, publicado em livro sob o título de *A ordem do discurso* (Foucault, 2009), como um balizamento para uma reflexão sobre a língua em ação. Tal recurso não deve ser entendido como se a obra fosse portadora de uma filosofia da linguagem *stricto sensu*, como se tentássemos contornar o caráter não-sistemático do pensamento foucaultiano, procurando, sob o próprio discurso de Foucault, o que seria seu sistema, sua filosofia, uma estrita filosofia da linguagem, algo que o próprio autor diz não fazer (“Não pretendo procurar por baixo do discurso o que é o pensamento dos homens, mas tento tomar o discurso em sua existência manifesta, como uma prática que obedece a regras” – Foucault, 2000a, 146), mas levando às últimas consequências esse balancear típico de Foucault, de um trabalho que opera “entre pedras de espera e pontos de suspensão” (Foucault, 2006, 336), de um “canteiro de obra”, capturando justamente o discurso, no uso da linguagem, no inacabamento e na atuação constante. Assim, o que o texto de 1970 pode nos oferecer, é menos a verdade sobre a linguagem, mas, inesperadamente, a partir de seu movimento, uma busca por um diagnóstico apropriado de nosso tempo, materializando-se no que Foucault se referiu de “arquivo”, a “existência acumulada dos discursos” (Foucault, 2000b, 72).

Em *A ordem do discurso*, Foucault, “obcecado pela existência dos discursos, pelo fato de as palavras terem surgidos” (ibid., ibidem.), trabalhará com a ideia de que toda produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída, não por um grupo, nem por uma ideologia, mas por procedimentos – e esse será o ponto inovador – que visam conjurar seus poderes e perigos.

Entretanto, é preciso destacar que a exibição desse funcionamento da linguagem é precedido por um movimento mais largo, qual seja, o de deslocamento da questão da existência e do sentido para o campo, cito Foucault, “do conjunto de relações que se mantém, se

transformam, independentemente das coisas que religam” (Foucault, 2011b, 146). Essa primazia das relações que alcança Foucault, encontra em Lacan e no seu estudo sobre o discurso e a neurose a sua origem, exatamente na preponderância da linguagem ou, melhor dizendo, na centralidade da dinâmica da linguagem.

Em outras palavras, é se atentar prioritariamente ao estatuto e à função da linguagem, e não na fixação sobre o seu domínio propriamente dito. Desse modo, mesmo quando anunciado a presença da subjetividade no estudo do discurso, em Foucault, ela não será nem de um retorno ao problema moderno, tampouco de um deslocamento supostamente capaz de engendrar uma coabitação com essa outra forma de apropriação do discurso. Antes, justamente pelo ingresso dessa dimensão operacional da linguagem, o que se verá, será o de uma denúncia contra a hipertrofia da subjetividade em relação ao conhecimento, ao discurso e ao saber, no caso, claramente influenciado por Nietzsche, por um Nietzsche da *Genealogia da moral*, de um desconhecimento de nós, “homens do conhecimento”, sobre nós mesmos (Nietzsche, 1998, 7).

Em *Arqueologia do saber*, de 1969, Foucault definirá o discurso como “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (Foucault, 2008, 122). Essa conceituação o permite manejar os discursos como verdadeiras “performances verbais”. A apropriação foucaultiana do discurso, enquanto performances, explicita, de imediato, a dimensão tanto de emergência quanto de impacto da discursividade. Assim, discurso se mostra como aquilo que se efetiva inesperadamente e, ao se fazer, traz consigo uma expressão, não do sujeito, nem da vontade em si, mas, antes, da cultura ou, como se refere Foucault, de um sistema de formação. Nesse sentido, o discurso, por condição própria, graças a essa emergência, por conta desse acontecimento sempre abrupto, se constitui como uma abertura, como um transbordamento de si. Mas, também, o seu inverso se mostra verdadeiro: como “uma função que cruza o domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2008, 98). O discurso se faz na história.

Não por outro motivo, o discurso, nas suas mais variadas formas, será, para Foucault, ao menos nos primeiros anos de sua produção intelectual, matéria primordial para a descrição histórica. O discurso reuni em si certos traços que o torna especialmente relevante. O discurso é sempre *efetivo*, ultrapassando a inércia de um mero instrumento. É também *aberto*, pois instaura um começo, nunca um fechamento (por exemplo, as retomadas sucessivas e reiteradas,

do discurso platônico na tradição ocidental) e, por fim, e isso será importante, o discurso se encontra circunscrito dentro de um campo e, portanto, alheio a universalização temporal, apenas restando a generalização discursiva sua pretensão jamais alcançada. Desse modo, pensar o discurso, o que no caso foucaultiano será distinto de se pensar sobre o discurso, será estabelecer, não um sentido ou uma explicação, como já apontada sua dissidência, mas uma verdadeira dinâmica, será estar diante de mecanismos de operação de uma cultura.

Justamente por esse aspecto aparentemente contraditório, de uma unidade fruto de uma descontinuidade, ou seja, implementação de uma diferenciação, mas derivada de um contexto externo, que o discurso engendra em si a cultura em que atua, se fazendo fonte de um trabalho por um diagnóstico do presente. Em *O discurso filosófico*, de 1966, Foucault coloca a questão da seguinte forma:

O paradoxo da filosofia atual, quando se dedica ao diagnóstico, é de escapar – começar a escapar – da figura entrelaçada do sentido e do mal (...) tendo pela primeira vez diante de si a tarefa enigmática de diagnosticar, sem escutar uma palavra mais profunda, sem perseguir um mal invisível. É como se, finalmente, ela já não estivesse subjugada pelas divindades do seu nascimento, mas emergisse agora ao nível delas, tendo de dizer o que tem a dizer, sem a astúcia dos sentidos, sem a sombra do mal (Foucault, 2023, 18).

Enfim, a tradição, diante da indeterminação da tarefa – de dizer a realidade – acabou por projetar o seu enigma na solução, seja ela de um sentido universal, seja ela de uma cura final. O que Foucault reclama para a filosofia atual, a partir desse ponto de partida, é o de aceitar que o enigmático é a própria tarefa (enfim, dizer o atual) e de que só é possível uma tarefa de diagnóstico se aceitarmos esse seu limite, essa sua indeterminação, essa impossibilidade de *resolução por definição*. Diagnosticar não seria mais dizer o que é para o todo o sempre, mas descrever os seus limites atuantes, apontar para os jogos presentes, expor o efetivo, e não a salvação futura ou o remeter a um passado garantido. Assim, vemos como o projeto foucaultiano de reflexão sobre o discurso está próximo, novamente, do projeto nietzschiano. Ainda em *O discurso filosófico*:

É este estranho discurso, aparentemente sem justificação (*afinal não busca mais o sentido último das coisas nem a cura definitiva do mal*), uma vez que não tem nada de “mais” para dizer, uma vez que não ilumina nada, uma vez que se mantém no lugar e não faz qualquer promessa, é este estranho discurso irrisório que constitui a filosofia

nesta atividade de diagnóstico, no qual se deve reconhecer hoje. No qual deve reconhecer este hoje que é o seu (Foucault, 2023, 19).

Para efeito de comparação, em *Schopenhauer educador*, de 1874, Nietzsche define, da seguinte forma, a tarefa filosófica:

Mas ainda que o futuro não nos permitisse esperar nada – nossa existência miraculosa, que ocorre precisamente neste momento, encoraja-nos, de modo mais vigoroso, a viver segundo uma medida e lei próprias: aquele fato inexplicável de que vivemos justamente hoje quando tínhamos toda a eternidade para surgir, de que não possuímos nada além de um breve hoje e nele termos que mostrar por que e para que surgimos precisamente agora. Devemos, diante de nós próprios, responsabilizar-nos por nossa existência; por conseguinte, devemos fazer-nos os verdadeiros timoneiros dessa existência e não permitir que ela se assemelhe a uma causalidade irrefletida (Nietzsche, 2018, 15).

Livre da limitação de querer dizer inequivocamente a verdade universal (limitação imposta graças a sua impossibilidade), desprendido da tarefa colossal de atribuir um sentido transformador a cada enunciado (incumbência infinita que acaba por ofuscar o próprio presente), indiferente à obrigação de realizar um trabalho do conceito (exigência imposta pela tradição hegeliana), as palavras passam a cintilam como meios de inventar/inventariar a contemporaneidade, não arbitrariamente, não voluntariamente, mas enredada em campo histórico:

Desde algum tempo – terá sido depois de Nietzsche? Ou mesmo mais recentemente? – a filosofia recebeu parte de uma tarefa que antes não lhe era familiar: a de diagnosticar. Reconhecer, através de algumas marcas sensíveis, o que se passa. Detectar o acontecimento que se exhibe nos rumores que já não ouvimos por estarmos muito habituados a eles. Dizer o que se dá a ver no que vemos todos os dias. Iluminar de repente esta hora cinzenta em que nos encontramos. Profetizar o momento (Foucault, 2023, 15).

Sob tais auspícios, cientes de tais contextos, é possível retornar ao texto *A ordem do discurso* e nos defrontamos com sua abertura de trabalho:

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje e nos que deverei pronunciar aqui, talvez, durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que, no momento de falar, uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-

se, por um instante, suspensão. Não haveria, portanto, começo; e, em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível (Foucault, 2009, 5-6).

Em continuidade, Foucault repete uma estratégia ousada, que já havia utilizado em *As palavras e as coisas*, e traz, para o centro do palco filosófico, a literatura: cita, quase que literalmente, Beckett em seu *O inominável*, de 1949, sem qualquer identificação maior ou distinção em relação a sua própria argumentação filosófica:

É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem – estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela se abrisse (Foucault, 2009, 6).

Resistindo a tentação de me aprofundar nos meandros da questão literária, do pensamento literário em sinergia com o pensamento filosófico, também da possibilidade de aproximação desse Beckett com aquele Kafka, o de *Diante da lei*, de 1915, e ainda suportando a tentação de abrir um diálogo justo, mas que seria desviante, com Lacan, trazido pelo próprio Foucault, o que podemos ver e que está diretamente ligado ao ponto central dessa discussão, já no proferir das primeiras palavras do texto, é a questão da linguagem, do uso da linguagem. Isso se torna mais patente, quando, em entrevista ao NYTimes, em 1956, ou seja, pouco tempo depois do lançamento de *O inominável*, Beckett diz, sobre o estado da linguagem: “Ao fim de minha obra, não há a não ser o pó – o nomeável. No último livro, *O inominável*, há uma desintegração completa. Nada de “eu”, nada de “ter”, nada de “ser”. Nada de nominativo, nada de acusativo, nada de verbo” (Beckett *apud* Andrade, 2001, 186).

Qual é a impossibilidade trazida para a questão do discurso por Foucault quando incorpora *O inominável* à sua reflexão? Que sombra é posta em debate quando se quebra a unidade da luminosa face comunicativa do discurso? Impossibilidade de uma instância narrativa, de uma transmissão neutra, crível quanto a sua causalidade significativa, mas errática quanto ao seu funcionamento real. O que nos resta então – e esse é o espaço teórico tecido em *A ordem do discurso* – é a descrição da linguagem para além da representação, fora de uma racionalidade vinculante, ao largo da instrumentalidade individual e da redentora teleologia de

valores. É o que Foucault caracteriza como o transbordamento do discurso em relação a língua, opondo-se a um mero caso particular dentro do universo da língua:

O discurso não é simplesmente um caso particular dentro da língua, o discurso não é uma maneira de combinar, segundo as regras linguísticas, elementos que são dados pela própria língua; o discurso é algo que necessariamente transborda a língua (Foucault, 2024, 195).

Esse transbordamento, além de interditar processos de totalização, também coíbe qualquer pertinência de uma pretensa hermenêutica do discurso. Não se trata de uma teoria a ser aplicada à realidade para sua decifração, mas sim de uma análise sobre uma configuração posta, deflagradora das mecânicas constituintes e constituídas. Em suma, da elaboração de um pensamento enraizado em sua própria época, se transformando, literalmente, em uma reflexão moderna, nova, a serviço da novidade vigente.

Esse compromisso com a raridade histórica se manifesta no texto na declaração, um tanto quanto inesperada para um discurso inaugural, de não querer começar nada. Cito: “Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela (...) Não haveria, portanto, começo (...) Gostaria de ter atrás de mim uma voz” (Foucault, 2009, 5-6). Dentre tantas possibilidades de compreensão desse insólito desejo, uma nos coloca diretamente no procedimento discursivo, e assim, nessa “ordem arriscada do discurso” (Foucault, 2009, 7). Trata-se da dificuldade de tomar o discurso como algo invariável e, por conseguinte, permanente. A ameaça advinda dessa transitoriedade característica, dessa duração que tanto o faz consistente quanto assustadoramente imprevisível, acompanhará todo o jogo discurso, especialmente em relação ao seu agente, ao sujeito em questão (“Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso (...); gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa” Foucault, 2009, 7).

Isso nos leva a explicitação de outro aspecto notável, que é a inviabilidade de se tomar o campo discursivo como um espaço de livre exposição, de um jogo de transmissão de conteúdos isentos. No discurso há sempre uma arregimentação, ele ocorre sempre em um espaço regulado. É nesse sentido que Foucault aponta para o fato do discurso ser repetidamente controlado, selecionado, organizado e redistribuído. Por outro lado, mas ainda nesse sentido, se

não há uma isenção, também não há uma pura determinação, uma concatenação fixa, uma causalidade vinculante. É por essa lógica que o controle, a seleção, a organização e a redistribuição, por exemplo, operam justamente por não haver a essencialidade, a imutabilidade, a fixidez da linguagem.

Os discursos estão exatamente nessa lacuna, “entre” o subjetivo e o determinado. Por atuar nesse espaço faltante, por assim dizer, não há qualquer imunidade, mas, ao contrário, o próprio discurso é alvo de interferências. Dito de outro modo, não há no discurso, um espaço livre, descontaminado, campo baldio; sua atuação é da lógica da duplicação, do reenvio, de um referencial fantasmagórico. Como não lembrar aqui do mito da torre de babel, mito referente à confusão das línguas, mas, mais especificamente, lembrar da leitura derridiana do mito, e do seu desdobramento em direção à tarefa de se traduzir², da palavra que torna possível o sentido e se mostra, a um só tempo, confusão? Enfim, é próprio da linguagem o jogo, a série, e assim a regulação, o procedimento. É do discurso, e não do sujeito, a razão de haver limites:

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo (Foucault, 2008, 112).

Nesse contexto, não há alicerces minimamente possíveis para aquele sonho de um tempo em que as pessoas poderão falar livremente, na mesma medida que dispõem livremente de seus corpos, como anunciou Sartre a Michel Contat, em 1975³. Para Foucault, pelos motivos já expostos, nem dispomos livremente de nossos corpos, nem é concebível imaginar uma propensão desimpedida para o falar. Apenas a título de nota, frente à uma possível confusão e a uma indevida aproximação, a franqueza da fala, a antiga *parresía*, se caracteriza pelo risco, e

² “Por ressentimento contra esse nome e esse lábio únicos dos homens, ele impõe seu nome, seu nome de pai; e dessa imposição violenta enceta a desconstrução da torre como da língua universal e dispersa a filiação genealógica. Ele rompe a linhagem. Ele impõe a interdiz ao mesmo tempo a tradução. Ele a impõe e a interdiz, constrange a isso, mas como em situação de xeque, filhos que doravante portarão seu nome” (Derrida, 2006, 18).

³ “Penso que a transparência deve substituir sempre o segredo, e imagino bastante bem o dia em que dois homens já não tiverem segredos um par ao outro porque já não os terão para ninguém, porque a subjetiva, tal como a vida objetiva, será totalmente ofertada, dada. É impossível admitir que entregávamos o nosso corpo como o entregamos e que esconderíamos os nossos pensamentos, dado que, para mim, não há diferença de natureza entre corpo e a consciência” (Sartre, 1977, 132).

não por uma transparência total. Nesse sentido, não é graças a área de influência da subjetividade que há regras, mas, contra intuitivamente, é por causa da própria dinâmica do discurso a razão de existir procedimentos. Diz Foucault, novamente em *Arqueologia do saber*: “Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (Foucault, 2008, 112).

Sem liberdade plena, sem neutralidade no discurso, na ausência de centralidade subjetiva e, por fim, graças a inexistência de uma origem única, o discurso se faz presente. Toda essa plêiade de traços constitutivos do discurso demonstram, primeiro, uma atuação de discurso. Essa atuação está no âmbito de uma efetividade discursiva, contrariando a expectativa da inércia de um medieval *flatus vocis*. O desdobramento desse traço diferencial, mais tarde, se sedimentará em Foucault no binômio teórico do saber-poder. Mas também é possível identificar, no nível do suporte subjetivo, essa atuação, angariando para o tema tanto a questão da performance, daquilo que se desloca do mero discurso para uma prática discursiva, até alcançar a paradoxal noção da prática não-discursiva, embrião da discussão sobre o lugar de fala.

Em segundo lugar, também encontramos esse âmbito da atuação no processo de transformação reclamado pelo próprio discurso, naquele sujeito que ao discursar, ao tomar o discurso, se transforma com a prática. Nesse sentido, Foucault chamará a atenção para o fato de que o discurso não é o meio pelo qual se luta, mas, antes, pelo que se luta:

visto que o discurso (...) não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também aquilo que é o objeto de desejo; e visto que (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que, se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (Foucault, 2009, 10).

Enfim, há um espaço de atuação, mas não só de atuação, como também de disputa, um campo de batalha posto, um espaço onde as forças se enfrentam, onde as verdades, não se expressam, mas se produzem. E essa disputa é engendrada pela linguagem, pelo acaso da linguagem, pelo jogo incessante da linguagem.

Diante da contingência da linguagem, de seu poder desembaraçado de determinação, da fragilidade de uma normatização inerente, enfim, de um colapso, não só da instrumentalidade

ambicionada pelo sujeito, mas também da imposição de uma verdade universal através das palavras e, inversamente, por fim, de reconhecimento da própria mutação subjetiva presente no ato do discurso, só assim, Foucault poderá identificar e descrever tensões, resistências, lutas atuantes no discurso. Falará da atuação de procedimentos internos (o exercício de comentário, a função de autor, a delimitação da disciplina), das condições de funcionamento do discurso e de seus controles e, dos procedimentos de exclusão que visam, citando Foucault, “conjurar sua operação, esquivar seus perigos” (Foucault, 2009, 9).

Dos procedimentos de exclusão, que integram a interdição (o de não se poder dizer tudo, em qualquer circunstância, a qualquer momento) e o da separação e rejeição (certos discursos são amplificados, outros discursos silenciados, não por pessoas, não por governos, mas pela cultura), gostaria, para finalizar, de pontuar algo sobre o terceiro procedimento de exclusão, aquele que é o mais insidioso, aquele que possui uma aparência mais instituída, a ponto de ingressar no discurso e raptá-lo, em nome de valores essenciais, aquele que, em sua simplicidade aparente, desarma a reflexão e mina o debate sobre sua pertinência, que é o procedimento de exclusão do verdadeiro e falso. De certo modo, ele deflagra e sintetiza uma apresentação do cômputo discursivo:

Dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi do terceiro que falei mais longamente. É que, há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; é que, cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modifica-los e fundamentá-los (Foucault, 2009, 19)

Enquanto o procedimento de interdição é o mais evidente, o mais familiar, ao encarnar o fato de que, não o sujeito, nem o discurso em si, mas o funcionamento do discurso é delimitado, o procedimento de verdadeiro e falso se coloca como alheio aos movimentos intrincados da disputa discursiva, como se pairasse para além e antes de todo o discurso, portanto, se comportando como especial. Enquanto a interdição se apresenta como a razão de ser dos discursos serem um campo de batalha, onde as forças se enfrentam, afirmando o espaço do discurso, a ponto de Foucault dizer que o discurso, sob sua atuação, já não é mais tido como expressão do desejo, mas vividamente como “aquilo que é o objeto de desejo” (Foucault, 2009,

10), o de verdadeiro e falso se mostra como capaz de proferir a decisão, de indicar o veredito da contenda.

Da mesma forma, à medida que o procedimento de separação e rejeição modula os discursos, oferecendo uma distinção que se converte em controle, mais especificamente, em um espaço controlado, que conferirá, não uma determinação, mas, inversamente, uma contingência, em uma indeterminação controlada, o procedimento de verdadeiro e falso institui, de modo inflexível, o parâmetro da adequação. Menos importará o conflito pertinente ao debate e à luta pela palavras, e mais relevante se tornará a correspondência do discurso com referencial desejável.

Toda essa trama entre os próprios procedimentos de exclusão, nos leva a uma outra questão distintiva: diferentemente dos procedimentos de interdição e o de separação e rejeição, que possuem, em seus mecanismos internos de operação, a incorporação da mudança (o que agora é, não necessariamente será à frente), o de verdadeiro e falso pretende-se, a partir de sua forma de apresentação, ser *perene*: o que é verdadeiro, *é verdadeiro*; o que é falso, *é falso*. Trata-se de uma performance que almeja ser ou, ao menos anuncia-se, ser duradoura. Parte de uma dinâmica interna do discurso (“se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre verdadeiro e falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta” – Foucault, 2009, 14) para balizar a fluência imprevisível do discurso (“Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, então é talvez algo como um sistema de exclusão” – *ibid.*, *ibidem.*). Tensão instituída entre criação e ancestralidade, ficção e prescrição, que incorpora em si os outros procedimentos e, em sua assimilação, busca abarcar todo o procedimento discursivo.

Mais instigante ainda é o fato de, em algum momento no séc. VI a.c., na Grécia, ocorreu um ponto de mutação na cultura que atingiu e definiu esse procedimento, a partir de então. Foucault será categórico quanto a fabricação dessa origem natural (“Separação historicamente constituída, com certeza” – Foucault, 2009, 14), identificando nessa mudança – e isso será capital para a reflexão de nosso tempo –, o surgimento, no pensamento ocidental, de uma *vontade de verdade*, não de uma verdade propriamente dita, nem de uma vontade subjetivamente enquadrada, mas de uma vontade de verdade que, de tão dominante em nosso

tempo, temos grandes dificuldades de imaginar uma sociedade em que não tenha estado sob seu julgo. O que antes era próprio do discurso, com a verdade se fazendo pelo que se inaugurava e pelo que se afirmava no discurso, na forma de uma verdade como acontecimento, se transformou radicalmente. A verdade, antes, era aquilo que se fazia, era o realizado, era o que se poderia se aproximar do próprio acontecimento humano. A transformação se deu justamente na operação do discurso, no sentido de uma perda, de uma descrença do discurso em si enquanto verdade, para um apontar do discurso para a verdade, para a valorização – diga-se, a única aceitável desde então – do discurso como acesso à verdade.

Recorrendo a um vocabulário caro a Heidegger, a mudança se dá quando a verdade passa a ser do âmbito da adequação. O discurso se torna responsável pela indicação, pela orientação, pelo um direcionamento à verdade. A verdade deixa de ser uma realização para se colocar como polo desejável de identidade, na forma do que *se fazia* para se instituir no que *se dizia*, para utilizar expressões de Foucault. Há o declínio da *enunciação*, matéria viva esculpida pela própria ação, para a ascensão do *enunciado*, fórmula fechada por um anseio futuro, ou seja, o que se vê, é a transformação da verdade, de uma realização para uma transmissão:

Oras, eis que um século mais tarde, a verdade a mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência (Foucault, 2009, 15).

Em termos da cultura grega, é o ocaso dos sofistas e a ascensão dos filósofos, que corresponderá a transição da realização para a anunciação. A partir de então, não se vive mais a verdade, não se reconhece mais a verdade na fugacidade de um acontecimento, mas passa-se a falar da verdade, reclama-se a verdade para poder falar, aponta-se para a verdade para que o discurso seja possível, crível e desejável. Não preciso dizer a profundidade e o alcance desse deslocamento sobre a verdade, cujo traços e espectros ainda nos alcançam e continuam nos forjando. Assim Foucault anuncia o ocorrido:

Entre Hesíodo e Platão, uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova, visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder. O sofista é enxotado (p. 15)

Frente a essa complexidade constitutiva da questão discursiva, conscientes da maneira exótica com que a linguagem encontra seu curso, é possível reconhecer uma força interpretativa no trabalho foucaultiano. Em sua busca por uma ontologia do presente, torna-se viável destacar dois eixos relevantes em seu esforço teórico, que trabalham em sinergia: um empenho crítico e uma laboração sobre a história. A dimensão crítica corresponde ao esforço em produzir um campo de fundura ou, se preferirem, um alargamento epistemológico capaz de fazer com que o objeto de análise, seja o discurso, seja a linguagem, seja a loucura ou a sexualidade, transbordem do espoco que a tradição o confinou (confinamento cujo intuito é o de, reduzindo seu alcance, se mostrar então passível de uma conceitualização definidora). Através dessa dimensão crítica, Foucault se torna habilitado a ressaltar diferenças constitutivas, a contemplar realidades, porque marginalizadas, outrora esquecidas, embora atuantes. Em última análise, trata-se de um empreendimento que visa pôr em relevo os mecanismos envolvidos na configuração investigada. Já o caráter história se refere ao modo efetivo com que Foucault inscreve seu estudo na história. Sem jamais descrever um acontecimento a partir de uma teorização, é uma exploração da história enraizada, digna de uma densidade-raiz⁴, através de documentos, arquivos, textos e pronunciamentos que fará, então, surgir, uma teoria que, essa sim, emerja do acontecido, do tramado, da positividade histórica:

Tal análise é antes um estudo que se esforça por encontrar a partir de que foram possíveis conhecimentos e teorias; segundo qual espaço de ordem se constituiu o saber; na base de qual a priori histórico e no elemento de qual positividade puderam aparecer idéias, constituir-se ciências, refletir-se experiências em filosofias, formar-se racionalidades, para talvez se dearticulem e logo desvanecerem (Foucault, 2002, XVIII)

Atualmente, lutamos, com razão, pela palavra. Somos instados, sob o risco da destruição completa, a tomar a palavra, a portar uma palavra como insígnia de uma existência possível. Sem essa disputa pela fala, pelo lugar de fala, pelo discurso que nos fará dignos de sermos ouvidos, ficamos vulneráveis a todo a sorte de opressões e de manipulações. Contudo, a palavra,

⁴ “Existem, em primeiro lugar, pensadores superficiais, em segundo, pensadores profundos — aqueles que vão ao fundo de algo —, em terceiro, pensadores radicais, que vão à raiz de algo — o que tem muito mais valor do que ir apenas ao seu fundo!” (Nietzsche, 2016, 205).

a fala, o discurso, a linguagem, não são inertes nem dóceis, não são instrumentos neutros aptos ao uso, bem como não são estritamente racionais, nem, tampouco, plenamente manipuláveis.

Há algo que permanece e se faz atuante para além da simples narrativa dos fatos e da produção discursiva, mas, através deles, atua pela vivência. Um subterrâneo se faz presente na cultura, há um enraizamento que pulsa na linguagem, e ignorá-lo, sob a ilusão de uma comunicação eficaz ou ainda em nome de causas soberanas, por mais justas que elas sejam, produz, inevitavelmente, um ofuscamento da realidade e, com isso, silencia, não a realidade, mas nossa capacidade de ouvi-la. Se essa perda auditiva não fosse o bastante, antes e mais gravemente, ela é, por definição, desumana, é, para recorrer a um neologismo, *destitutiva* de humanidade (indeterminação e imprevisibilidade substituídas pelo cálculo e pelo mero barulho das palavras⁵). Essa é nossa ameaça maior, nossa eventual cegueira definitiva, possivelmente definidora de nosso porvir, do risco de um nada por vir: nos tornarmos surdo a nós mesmos, alheios a um *nós mesmos* que se faz presente (dádiva e dom) apenas em nosso tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, F. de S. *Samuel Beckett: o silêncio possível*. Cotia, Ateliê Editorial, 2001.
- DERRIDA, J. *Torres de Babel*. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.
- FOUCAULT, M. *Michel Foucault explica seu último livro* in *Ditos e Escritos – Volume II*. Trad Elisa Monteiro. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2000a.
- _____. *Sobre as maneiras de escrever a história* in *Ditos e Escritos – Volume II*. Trad Elisa Monteiro. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2000b.
- _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.
- _____. *Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978* in *Ditos e Escritos – Volume IV*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2006.

⁵ “Sim, sei, vocês não sabem de que estou falando porque a beleza desapareceu há muito tempo. Ela desapareceu sob a superfície do barulho – barulho das palavras, barulho dos carros, barulho da música – no qual vivemos constantemente. Está submersa como a Atlântida. Dela só restou uma palavra cujo sentido é a cada anos menos inteligível” (Kundera, 2008, 125).

- _____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2008.
- _____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Rio de Janeiro, Loyola Edições, 2009.
- _____. *Conversa com Michel Foucault* in *Ditos e Escritos – Volume VI*. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2010.
- _____. *Foucault responde a Sartre* in *Ditos e Escritos – Volume VII*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2011a.
- _____. *Entrevista com Madeleine Chapsal* in *Ditos e Escritos – Volume VII*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2011b.
- _____. *O discurso filosófico*. Trad. Victor Gonçalves. Coimbra, Edições 70, 2023.
- _____. *Estruturalismo e análise literária* in *Loucura, linguagem, literatura*. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo, Ubu Editora, 2024.
- KAFKA, F. *Diante da lei* in *Franz Kafka essencial*. Trad. Modesto Carone. São Paulo, Editora Companhia das letras, 2011.
- KUNDERA, M. *O livro do riso e do esquecimento*. Trad. Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo, Editora Companhia das letras, 1998.
- _____. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo, Editora Companhia das letras, 2016.
- _____. *Schopenhauer como educador: considerações extemporâneas, 3ª parte*. Trad. Giovane Rodrigues e Tiago Tranjan. São Paulo, Editora Mundaréu, 2018.
- SARTRE, J-P. *Auto-retrato aos setenta anos* in *Situações X: política e autobiografia*. Trad. Pedro Tamen. Lisboa, Edições António Ramos, 1977.